

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL N. 835190

**Procedência:** Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte **Responsável:** Antônio Evangelista Teixeira e Célia Maria Salgueiro

**Procurador(es):** João Marcos Grossi Lobo Martins – OAB/MG 73652, Haroldo Monteiro

de Sousa Lima - OAB/MG 39667 e Jorge Moisés Júnior - OAB/MG

43009

Exercício: 2009

**MPTC:** Maria Cecília Borges

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL N. 849941

**Procedência:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Carangola

**Responsável:** Margarida Maria Serri Correa

Exercício: 2010

**MPTC:** Maria Cecília Borges

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL N. 835272

Procedência: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de

Guanhães

**Responsável:** Jane Maria Rays Pires

**Procurador:** Régis Batista Lopes – CRC/MG 82023

Exercício: 2009

**MPTC:** Maria Cecília Borges

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL N. 873571

**Procedência:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Uberaba

**Responsável:** Afrânio Machado Borges Prata

Exercício: 2011

**MPTC**: Maria Cecília Borges

**RELATOR:** CONSELHEIRO PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, WANDERLEY

ÁVILA

#### EMENTA

PROCESSOS JULGADOS EM BLOCO. REGULARIDADE. ARQUIVAMENTO.

Julgam-se regulares as contas, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 102/2008 c/c o inciso I do art. 250 da Resolução nº 12/2008 do Tribunal de Contas.

## Primeira Câmara 23ª Sessão Ordinária— 12/08/2014

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do relator, em julgar regular as contas, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 102/2008 c/c inciso I do art. 250 da Resolução nº 12/2008, do



### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Tribunal de Contas. Não acolhida a manifestação do Ministério Público em relação à realização de auditoria/inspeção "in loco". Adotadas as providências cabíveis, arquivem-se os autos, nos termos do inciso I do art. 176 do RITCEMG.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro José Alves Viana e o Conselheiro em substituição Hamilton Coelho.

Presente à Sessão a Procuradora Maria Cecília Borges.

Plenário Governador Milton Campos, 12 de agosto de 2014.

# WANDERLEY ÁVILA Presidente em exercício e Relator